

1987

Cita da Terceira Reunião Ordinária de Primeiro Período Legislativo Ordinário do ano de mil novecentos e oitenta e seis (1986). Realizada no dia treze de março.

As dezessete horas do dia treze (13) de março de mil novecentos e oitenta e seis (1986), sob a Presidência do Vereador Acyr Silva da Rocha, e, com a ocupação da Primeira e Segunda Secretarias pelos Vereadores Aristarco Cicoli de Oliveira e Mauro José de Aguiar, reuniu-se a Câmara Municipal de Colômbia. Além desses responderam a chamada Nominal os seguintes Vereadores: Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Alcineides Ferreira de Souza, Ana Celina Mathias dos Santos Corêa, Dirley Pereira da Silva, Geraldino Farias Neves, Octávio Ruy Galaglia, Orlando Brito da Silva, Walter de Bessa Teixeira, Wilmar Monteiro. Fazendo número regimental, o Senhor Presidente, em nome de Deus, declarou aberta a presente reunião. A seguir foi lida e aprovada a Ata de Segunda Reunião Ordinária, realizada no dia onze de março do ano em curso. Logo após, o Senhor Presidente determinou a leitura do "Expediente", que consistiu do seguinte: Indicação nº 02, de autoria do Vereador Onias Cordero Moraes, que solicita seja enviado o Expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, pedindo colocação de calcamejto para a Rua Frei Joaquim de Coimbra no Bairro São Cristóvão; Indicação nº 03/86, de autoria do Vereador Onias Cordero Moraes que solicita do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, pedindo colocação de placas com

os nomes de todas as ruas do Bairro Jardim Esperança. Requerimento nº 04186, de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, que requer a Santa Mesa, seja enviado "Meação de Peixe" a família enlutada do Senhor João Garcia da Silveira Terra. Requerimento nº 06186, de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, que requer a Santa Mesa, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, convocando o Senhor Secretário de Jurisdição, na Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos quanto ao carnaval de mil novecentos e oitenta e seis (1.986). Requerimento nº 08186, de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, que requer a Mesa, seja enviado convite a Diretoria do CEP, no sentido de que, em Plenário sejam prestados esclarecimentos sobre a situação do Magistério Municipal. Requerimento nº 09186, de autoria do Vereador Onirio Corduro de Moraes, que seja concedida Meação de Aplausos ao Major Józias Buntal de Oliveira, Comandante da 1ª Cia. Independente da Polícia Militar, sediada em Cabo Frio. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Dirley Pereira da Silva, iniciando sua fala disse de sua preocupação com a situação dos funcionários Municipais como também de professores, e que após as medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal, mas uma vez, estavam com os seus salários arcaicos, sendo necessário de imediato o estabelecimento de um piso para as diversas categorias funcionais, no sentido de que de acordo com as diretrizes econômicas os reajustes fosse automáticos. Prosseguindo disse que de corridos quinze dias o Senhor Prefeito ainda



não havia enviado Projeto de Lei que visasse corrigir as deformações salariais existentes na Administração Ivande e diminuir a despesa, acentuando a situação das centenas de famílias dependentes da Prefeitura Municipal. Disse também que as contrárias do Prefeito Alair Corrêa, o Prefeito de Araruama já havia enviado à Câmara Projeto de Lei concedendo quarenta por cento de abono ao funcionalismo local a partir ainda do mês de março, e que considerava uma atitude das mais louváveis. Prosseguiu dizendo que o vereador não deveria ocupar a Tribuna para tratar de assuntos estranhos ao Município de Cabo Frio, cuja gama de problemas era suficiente para que existisse o debate em termos locais e mais que o "Meme do Pavãozinho" não estava localigo de em Cabo Frio numa alusão ao pronunciamento anterior do vereador Crustiano Cusioli de Oliveira. afirmou ainda que o compromisso do Administrador Municipal era com os problemas de seu município, enfatizando que diversos bairros do centro da cidade e pior os da periferia estavam completamente abandonados com problemas de enchentes, lixo acumulado, ruas esburacadas, e tantas outras mazelas urbanas que o representante do Meme do Pavãozinho em Cabo Frio, vereador Crustiano Cusioli de Oliveira, insistia em descrever, interrompendo a seguir sua fala. Ocupou a Tribuna o vereador Geraldo Farias Neves, iniciando sua fala disse que na qualidade de funcionário da Cia. Nacional de Alcaóis e vereador pelo Município de Cabo Frio, protestava contra o que considerava demarques administrativas que estavam ocorrendo na Empresa

na, com iratunas particulares sendo unido inde-  
vidamente, ômbros se deslocando para Cabo Frio  
conduzindo funcionários para o almooço, quando  
existia na fábrica um excelente restaurante  
com condições de atender a demanda. Disse que  
as medidas adotadas pelo Governo Federal de-  
riam que ser obedecidas também pela direto-  
ria da Alcálys em nome da prefeitura admi-  
nistrativa. Disse também que muitos traba-  
lhadores estavam se afastando da Alcálys  
por causa dos baixos salários e mais, que se a  
Empresa desse um basta no excesso de morde-  
mids por certo teria condições de melhor emun-  
ciar seus funcionários. Finalizando, disse  
que se considerava um Vereador honrado,  
embora sem deméritos para os demais, mas  
que jamais seu nome seria envolvido com  
construções irregulares no Município, encer-  
rando a seguir sua fala. Ocupou a Tribuna  
o Vereador Mauro José de Azevedo, iniciou sua  
fala fazendo críticas ao posicionamento do Vere-  
ador Geraldino Farias Neves que sendo Vereador  
pelo Município de Cabo Frio, nada mais tinha  
a ver com o Município do Arraial do Cabo, e,  
ainda, que os problemas do Arraial do Cabo  
tinham que ser resolvidos por sua Câmara  
e pelo Prefeito Renato Uiamad, que estranha-  
mente fora alvo de críticas contundente em  
sessão anterior por intermédio do Vereador  
Geraldino Farias Neves, que evidentemente  
não tinha posição definida. A seguir parabe-  
lizou a CEDAE pelo restabelecimento de for-  
necimento de água do município e adiante  
criticou a CERJ pelo péssimos serviços prestados  
com as suas exuras num flagrante desrespeito



to ao usuário, e comprometendo a segurança não só do comércio como das pessoas. Prosse-  
quendo disse que já tinha exigido todos os  
seus recursos no sentido de que a Administração  
Municipal reparasse os buracos das  
ruas públicas e providências no sentido de  
que fossem deslocados os raios que já tinham  
ocasionado uma série de acidentes. A seguir  
disse também do estado lamentável em que  
se encontram os terrenos baldios no períme-  
tro urbano do Município e que providências  
enérgicas tenham que ser adotadas. Logo após  
reiterou providenciar quanto aos veículos trans-  
portando pessoas que trafegavam com os  
"brujões" de carroceria aberta, despejando um  
líquido fétido nas ruas do centro da cidade  
de nada adiantando reuniões que tivera  
com o DETRAN e POLÍCIA MILITAR anteriormente, e  
mais que naquela data entrara em contato  
com o Comandante da PM e que o mesmo disse  
na que o problema não estava em sua alçada  
e que assim sendo os infratores ficavam im-  
punes e a cidade prejudicada. Adiante, dis-  
se que enviara ofício ao Senhor Prefeito do  
Município de Niterói, solicitando ao alca-  
ide da Terra de Annabiá, cópia da lei  
que concedia passe livre aos idosos em trans-  
portes coletivos, no sentido de que o mesmo  
procedimento fosse adotado em Cabo Frio,  
encerrando a seguir sua fala. Não havendo  
mais oradores inscritos, o Senhor Presi-  
dente de imediato transportou os trabalhos à  
"Ordem do Dia". Nesta etapa, foram apreciadas  
as seguintes matérias: foram aprovadas as  
Indicações nº 02 e 03 186 de autoria dos Vereador

Onias Cordeiro Morais. Requerimento n.º 04/86 de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade e Requerimento n.º 09/86 de autoria do Vereador Onias Cordeiro Morais. Foram rejeitados os Requerimentos n.º 06 e 08/86 de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, por seus votos a três. Foram aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Finanças, Orçamento e Alienação nos Projetos de Lei n.º 240/83 e 141/84, contendo respectivamente as mensagens executivas n.º 198/83 e 108/84. Terminada a "Ordem do Dia" e franqueada a palavra para explicações pessoais às leis da mesma, o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, que iniciando sua fala disse não haver estranhado o fato da Banca do PMDB, haver mais uma vez desistido proposição de sua autoria, pelo simples fato de não comungar com o Senhor Prefeito Municipal, considerando que naquela reunião apresentara requerimento encaminhando o Senhor Secretário de Turismo, no sentido de que o mesmo demonstrasse as contas referentes ao Carnaval de (1.986), visto ser o dinheiro investido um patrimônio da Comunidade Cabofriense, e que assim cumpria o seu dever, como Vereador, e que lamentavelmente o PMDB, através de sua bancada rejeitara o requerimento. Prosseguiu de disse que também houvera apresentado o requerimento solicitando a presença de um representante do CEP, na Câmara com o objetivo de declarada a opinião pública quanto a crise existente entre o Professorado e o Senhor Prefeito Municipal, e o clamoroso em torno das negociações para solução de



impasse, e que mais uma vez a bancada do PMDB, sem levar em conta o povo, havia rejeitado sua proposição numa flagrante agressão aos preceitos democráticos. Cândido continuou de a sua fala o vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade disse que fora um centro penso, o fator do PMDB, através de sua bancada, haver aprovada Moção de Aplausos dirigida ao Comandante da PM em Cabo Frio ante que, e militar nada mais fazia do que cumprir com o seu dever, ressaltando a conduta do vereador Edimar Monteiro que mesmo votando favorável, dissera que de conta feita fora bem atendida pelo policial Militar. Finalizou sua fala dizendo que o conceito democrático do PMDB era muito estranho, mas na medida em que negava apoio a proposição com levado em conta por o interesse público, apoiava Moção de Aplausos cujo minuto era no mínimo desnecessário e dirigindo-se a Presidência da Câmara disse que na última reunião sua fala não havia sido transmitida pela Rádio Cabo Frio, afirmando que não era a primeira vez que tal fato ocorria, e que assim sendo era necessário as providências devidas, pois era muita coincidência que apenas os densores favoráveis ao Kripton tivessem seus pronunciamentos divulgados, enfatizando que em sua observação não ia nenhuma acusação ao Senhor Presidente a requerer uso da palavra e vereador Aristarido Licelli de Oliveira, iniciando sua fala o vereador reportou-se as críticas colocadas pelo vereador Celso Perena da Silva, quanto ao pronunciamento de sua autoria, levando a efeito na reunião anterior, com base no estado lamenta-

vel em que se encontravam as encostas do morro do Rio de Janeiro, com destaque para o Morro do Pão de Açúcar, e a fachada do Governo Leonel Brizola quanto ao assunto nem a tentativa vil de dissimular a gravidade do problema, e ainda, que a personalidade nefasta de governador, chegando-se a saber, estava tentando prejudicar Cabo Frio quanto ao recebimento dos "Royalties" do petróleo, o que era lamentável sob todos os aspectos. Porroquin de, disse não saber se o Vereador Orley Perura da Silva falava em nome dos vinte anos de arbítrio imposto pelo povo brasileiro, ou se falava em nome do novo arbítrio representado pelo Senhor Leonel Brizola, que o Vereador Orley Perura da Silva, lembrando ainda que naquela data estava sendo realizado o enterro simbólico de governador, uma cabal demonstração do repúdio da população fluminense ante o posicionamento de nação quanto aos medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal. Disse também vir muito triste a figura política do Vereador Orley Perura da Silva, que durante muitos anos representara na Casa Legislativa o arbítrio de uma ditadura militar, e que hoje não defendia de forma clara a Lei n.º 2283, que restabelecia a dignidade de povo brasileiro, arrelatada por tanto tempo pelo PSD, partido de Vereador Orley Perura da Silva durante longos anos. Quanto ao Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade, disse que suas informações eram como sempre distorcidas e que o mesmo não tinha nenhum compromisso com a verdade e que em suas acusações ao Bancada do PMDB omitira o fato de que o CEP, havia estado reunido



do com o Prefeito Alain Coria, e ainda, que havia sido encontrado uma reunião quanto as reivindicações do Professorado, e que infelizmente em Assembleia de Professores comandada por membros do PDT, o acordo havia sido rompido não por causa de Prefeito, mas repetiu, por artífices políticos do PDT. Concluiu sua fala dizendo não entender o porque das queixas repetitivas do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Trindade. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Orlando Brito da Silva, iniciou sua fala dizendo que ainda estava se emoldando a prática legislativa e ao debate e que assim sendo, na reunião anterior ao ouvir a fala do Vereador Geraldino Farias Neves, ficou em dúvida, não sabendo se o mesmo representava Cabe Frio ou o novo Município do Arraial do Cabo, e ainda que o referido Vereador na mesma reunião criticar a Câmara de Vereadores do Arraial do Cabo e ao Prefeito Renato Uanna, e que naquela reunião, dependia e elegoria sobre que antes as incongruências, tanto do Vereador Geraldino Farias Neves como do Vereador Waldir Ferreira da Silva que atacava o Governo Federal, preferia correr as ruas do Bairro São Cristóvão e sentir de perto os problemas da Comunidade, e assim tentou uma resolução dentro de sua atividade política. Quanto as proposições colocadas na Câmara, disse que votaria sempre de acordo com sua consciência, não acatando o comando de terceiros em suas decisões, encerrando a seguir sua fala. A seguir fez uso da palavra o Vereador Walter de Moura Teixeira, ao iniciar sua fala disse de sua profunda alegria por ver o Arraial viver um ato de dignidade,

através do Decreto Lei n.º 2283 que transformara o povo brasileiro em verdadeiro governo, não em tendo como alguns lineadores curavam criticar as medidas econômicas, afirmando que a força do nome estava agora acima dos partidos e dos políticos. Manifestando também sua satisfação pela normalidade política agora vivida pelo Município de São Pedro de Aldéia, dizendo ainda que em contato com políticos do PMDB aldeense ficara patente a necessidade da Região dos Vales valorizar a classe política local, fortalecendo os Municípios através de uma representatividade na Assembleia Legislativa do Estado. Dirley deu a seguir o direito de Cabo Frio receber "royalties" advindos do petróleo da costa cabofriense, condenando aqueles políticos que como manobras encobriam a intenção de alijar Cabo Frio do Município. Disse também que a Câmara Municipal de Cabo Frio continuava em sua missão de lutar, defendendo os interesses maiores do povo. Prosseguiu disse não aceitar o fato de que apenas em eleições apareciam em Cabo Frio dezenas de candidatos, que sem conhecerem a problemática local, verdadeiramente corremiam as coincidências do povo em épocas anteriores, mas que nos dias atuais, o povo, consciente, politizado e organizado, com sindicatos, associações e outras instituições via de fato eleger um político da terra para a Assembleia Legislativa, afirmando que se eleito cumpriria com dedicação e trabalho a sua missão. Prosseguiu disse que a perseguição de Vereador Dirley, era marcada por equívocos, ante que de origem humilde, de família de lavadores, o mesmo fora Vereador pelo PDS, e



partido da ditadura, e que assumiu de logo militante do PDT, não poderia jamais deixar o povo cariujense que acompanha a movimentação politica do seu município sempre vigilante encarando a seguir sua jda. Por último, por uso da palavra o vereador Ulmar Mendes de Souza que usava o tempo destinado a aspiicações pessoais apenas para esclarecer a fala de vereador Antônio Carlos de Carraíhe Trindade que ao seu ver, de forma um tanto ou quanto distraída, afirmava que os vereadores de PMDB eram funcionários da Prefeitura, acrescentando que tal afirmação tenha sido um momento de esquecimento do Ilustre vereador. Cuzi que aproveitara a oportunidade para registrar o falecimento de Senhor João Terra e atendendo a pedido de família, comunicava que a missa de sétimo dia seria realizada no dia dezessete (17) próximo às dezessete horas na Mãe Triz de Nossa Senhora O Assumpção, lamentando o falecimento do conhecido calçufense. Cidante disse que num momento em que tanto se falava em corrupção na Prefeitura Municipal de Caio Frio, declarou que tinha em seu poder copia de contratos formados entre uma autarquia de Estado e uma firma de Advogados, dizendo ainda que não seria terrano a ponto de acusar a Empresa beneficiada com o contrato, mas prometia que na próxima semana, se conseguir a petição inicial referente ao contrato assinado com o exortório, iria entrar com uma indicação solicitando a Commissão Legislativa do Estado a apuração dos fatos, visto que a autarquia possuía somente advogados em seu quadro funcional, sendo portanto um

absurdo tal contrato de prestação de serviços, encerrando a seguir sua fila. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Sr. Presidente marcou a próxima reunião Ordinária para o dia dezete de março de mil novecentos e oitenta e seis (1.986) às dezessis horas, e encerrou a presente em nome de Deus. E para constar mandou que se lavrasse esta Ata que depois de lida, submetida à apreciação plenária aprovada, será assinada, para que produza seus efeitos legais.

Por este certidão de ...  
[Assinatura]

Cita da Quarta Reunião Ordinária do Primeiro Período Ordinário do ano de mil novecentos e oitenta e seis (1986),

às dezessis horas do dia dezete (17) de março do ano de mil novecentos e oitenta e seis (1.986) sob a Presidência do Vereador Acyr Silva da Rocha, e, com a ocupação da Primeira e Segunda Secretarias pelos Vereadores Aristarco Caselli de Oliveira e Mauro José de Azevedo, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a Chamada Nominal os seguintes Vereadores: Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Alameides Ferrera de Souza, Orley Pereira da Silva, Eronides da